

## PRESENÇA/AUSÊNCIA: RELAMPEJOS INDÍGENAS EM ESPAÇOS DA CIDADE DE RIO BRANCO – ACRE

*Poliana de Melo Nogueira<sup>1</sup>  
Danilo Rodrigues do Nascimento<sup>2</sup>*

### RESUMO

Este artigo foi organizado e pensado a partir da disciplina: Discursos, Sujeitos e Identidades do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (Ufac). Nesse sentido, o objetivo delineado foi discutir os processos de sobreposição de paisagens, nomes e espaços no centro comercial de Rio Branco capital do Estado do Acre, destacando a presença/ausência dos povos indígena nos referidos espaços. Assim, mapeamos as formas de apagamento da presença indígena em espaços públicos de Rio Branco no Acre, focando em locais onde grafismos e nomenclaturas referentes a esses povos aparecem como estratégia de silenciamento. Dito de outro modo, esses nomes e imagens mascaram diferentes processos de exclusão desses homens e mulheres da narração da História da capital acreana. O caminho teórico-metodológico consistiu em bibliográfico, fotográfico e de análise dessas fotos, inspirado nos seguintes pesquisadores: Carvalho (2020), Silva (2020), Shiel (2004), Chauí (2001), Didi-Huberman (2014), entre outros. Diante disso, identificamos que esses fragmentos ou relampejos são caminhos ancestrais antigos que se cruzam e ressurgem em meio à linearidade temporal; que resistem e sobrevivem a todo processo de “modernização” da cidade de Rio Branco, Acre.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade. Silenciamentos. Povos Indígenas.

### PRESENCE/ABSENCE: INDIGENOUS FLASHES IN SPACES IN THE CITY OF RIO BRANCO – ACRE

### ABSTRACT

This article was organized and conceived on the basis of the course: Discourses, Subjects and Identities of the Postgraduate Program in Letters: Language and Identity at the Federal University of Acre (Ufac). The aim was to discuss the processes of overlapping landscapes, names and spaces in the commercial center of Rio Branco, capital of the state of Acre, highlighting the presence/absence of indigenous peoples in these spaces. Thus, we mapped the ways in which the indigenous presence is erased in public spaces in Rio Branco in Acre, focusing on places where graffiti and names referring to these peoples appear as a silencing strategy. In other words, these names and images mask different processes of exclusion of these men and women from the narration of the history of the Acre capital. The theoretical-methodological path consisted of bibliography, photography and analysis of these photos, inspired by the following researchers: Carvalho (2020), Silva (2020), Shiel (2004), Chauí (2001), Didi-Huberman (2014), among others. As a result, we identified that these fragments or flashes are ancient ancestral paths that cross and reappear in the midst of temporal linearity; that resist and survive the entire process of "modernization" in the city of Rio Branco, Acre.

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e identidade pela Universidade Federal do Acre (Ufac). E-mail: [polymelonogueira@gmail.com](mailto:polymelonogueira@gmail.com).

<sup>2</sup> Licenciando em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Bacharel em História pela Ufac. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade pela mesma instituição. E-mail: [danilo.rodrigues@ufac.br](mailto:danilo.rodrigues@ufac.br).

**KEYWORDS:** City. Silencing. Indigenous Peoples.

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto tem por objetivo discutir os processos de sobreposição de paisagens, nomes e espaços no centro comercial de Rio Branco capital do Estado do Acre, destacando a presença/ausência indígena nos referidos espaços. A perspectiva teórica/crítica e metodológica foi alicerçada a partir da pesquisa bibliográfica e fotográfica em diálogo com seguintes pesquisadores(as): Márcio Carvalho, Francisco Bento, Juliana Schiel e Marilena Chauí por discutirem em alguma medida essa presença/ausência dos povos indígenas em diferentes espaços/tempo, além de problematizarem a ideia de progresso e modernidade.

Márcio Carvalho (2020) em sua tese intitulada “Entre o Uwa'kürü e o Acre: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU da Universidade de São Paulo discute a partir de diversas fontes o processo de construção discursiva, imagética e urbana do que se concebeu como Acre. O autor nos apresenta uma discussão interdisciplinar entre arquitetura, história, geografia, literatura entre outros campos do saber, de como as cidades amazônicas passam por um processo inventivo e como os discursos oficiais se utilizam da ideia de vazio para fundamentar toda a invasão, dominação e expulsão dos sujeitos e sujeitas que habitavam esses espaços há muito tempo.

Pensando na ponte entre a tese de Carvalho e as discussões propostas para este texto, duas categorias utilizadas pelo autor são importantes: “paisagens sobrepostas” e “fragmentos”. Estas categorias possibilitam um olhar à contrapelo da presença de povos indígenas na cidade de Rio Branco, Acre. Portanto, Carvalho possibilitou uma forma outra de análise sobre os espaços fotografados nesta pesquisa, pois nessas imagens percebemos tanto a materialização dessas “paisagens sobrepostas” quanto a presença desses fragmentos que foram/são apagados e reescritos no contínuo processo de modernização/atualização em diversos lugares da cidade de Rio Branco.

Da mesma maneira Francisco Bento da Silva em seu texto: “Acre, formas de olhar e de narrar: natureza e história nas ausências” (2020) discute o que ele intitula de processo de desexplicação, no qual busca desconstruir os discursos sobre a região do atual Acre. Desse modo, Silva também percorre diversas fontes tais como imagens, charges, relatórios e jornais para fundamentar e problematizar os discursos e imagens que foram criados e perpetuados acerca do que seria o Acre. Um espaço, como

escreve o autor, narrado pelas ausências, pela precariedade, ocupado por gentes igualmente reduzidas e, ao mesmo tempo, estranhamente abertas às intervenções modernizantes. O autor discute como essas imagens permeiam olhares de agentes públicos e outros sujeitos ao ponto de se tornar muito difícil de se enxergar através (ou ir além) daquilo que já se constituiu como verdade através dessas imagens. Por isso ele escreve tentando desexplicar através das fontes citadas aquilo que foi naturalizado e essencializado.

Juliana Schiel em seu texto “Tronco velho: histórias Apurinã” (2004), nos apresenta um trabalho belíssimo de co-autoria com os diversos sujeitos e sujeitas do povo Apurinã. Ela transita entre memórias, histórias, imagens feitas por ela e documentos num diálogo que possibilita pensar outras formas de produzir o espaço e a vida. As discussões que autora faz a partir do diálogo com os Apurinã sobre memórias ancoradas nos espaços é de extrema importância para a discussão aqui proposta, pois também partimos da ideia de espaços que significam e são significados na relação com os sujeitos e sujeitas que os vivenciam, bem como com os discursos governamentais que também os significam e acabam apagando essas vivências outras. Espaços esses que são utilizados pelo poder público com intuito de fazer lembrar os nossos ancestrais; no caso de Rio Branco, citamos alguns monumentos, praças, pinturas, e outras imagens que tentam fazer referência a essa presença indígena. O texto de Schiel, foi produzido e ganhou sentido através de suas interpretações, mas a autora tenta mostrar como as experiências são narradas enquanto modos de viver e compreender o mundo.

No texto da filósofa Marilena Chauí “Brasil mito fundador e sociedade autoritária” (2001) a autora discute o que são mitos fundadores, como são elaborados, difundidos e reforçados. Exemplo disso ocorre quando Chauí apresenta algumas imagens e a partir delas mostra como o mito pode figurar em diversas linguagens (escrita, falada, obras de arte, arquitetura etc.) até incorporarmos ou naturalizarmos como se fosse uma simples confirmação da realidade. Essa perspectiva pode se alinhar com a proposta deste texto em discutir a elaboração ou representação da presença dos povos indígenas a partir de imagens, símbolos e da arquitetura que tentam figurar o indígena presente em um passado “superado” na cidade de Rio Branco.

Refletindo sobre as imagens nos embasamos nas discussões feitas pelo historiador francês Didi-Huberman (2015) que apresenta uma visão interdisciplinar conectando a visibilidade, a representação e a imagem. Nesse sentido, ele oferece uma contribuição importante ao ressaltar os caminhos múltiplos de significados que as imagens podem conter. Dessa forma, a ideia de que as imagens simplesmente capturam a realidade é questionada por Didi Huberman (2015), pois ele

argumenta que as imagens são construções complexas influenciadas pela história, pela política e pela subjetividade. Assim, o conceito de “anacronismo” na análise das imagens tem a capacidade de perpassar a temporalidade e guiar consigo diversos momentos históricos, ou seja, essas imagens podem trazer à tona vestígios do passado, presente e mesmo anúncios do futuro.

Logo, esta perspectiva desafia a ideia tradicional de progressividade, linearidade temporal e sugere que as imagens podem ser compreendidas como um mosaico de colagens de tempos diversos. Além disso, ele procura destacar o emocional das imagens, pois elas têm a capacidade de aflorar nossas emoções e ecoar profundamente em nossas questões psíquicas. Isto está relacionado à sua perspectiva de “imagens-pulsão”, ou seja, que se refere à forma de como as imagens capturadas podem agir sobre nós de maneiras diversas.

Assim, através de fotografias e imagens arquitetônicas, discutimos o que consideramos evidente ao adentrar o sempre instável e escorregadio terreno da linguagem, da produção discursiva e dos embates em torno de narrativas ou dos “fatos de memória”, conforme proposto por Didi-Huberman (2015). Segundo o autor: “O historiador não é senão, em todos os sentidos do termo, o factor, isto é, o modelador, o artífice, o autor e o inventor do passado que ele dá a ler” (Didi-Huberman, 2013, p. 10). Portanto, buscamos construir significados a partir do presente e do que provocamos, não de maneira totalmente livre e inventiva, mas no sentido de recortar imagens e espaços, construindo uma “parte” daquilo que foi/é apagado, pois estudar o passado é conhecer em parte, reconstruir em parte, uma vez que apresentar ou representar o todo não é possível (já que representar é, em si, o próprio ato de recorte).

## **2. NO SERPENTEAR DOS RASTROS INDÍGENAS NA CIDADE DE RIO BRANCO – ACRE**

No dia 10/09/22, decidimos explorar o centro da cidade com o objetivo de fotografar lugares que destacassem o que denominamos como fragmentos ou ‘relampejos’<sup>3</sup>. É importante ressaltar que a vastidão desses fragmentos não poderia ser totalmente abrangida neste espaço, nem mesmo através de textos ou fotografias. Apresentamos, portanto, apenas pequenos recortes, resultado de uma observação atenta e dedicada a mapeá-los e discuti-los. A seguir, apresentamos a primeira imagem, na qual buscamos representar como e onde esses fragmentos estão presentes:

---

<sup>3</sup> No livro *Obras escolhidas* (1987), Walter Benjamin discute essa concepção do relampejar em momentos de perigo; segundo ele, são imagens do passado que retornam e “assombram” o presente.

**Imagem 1:** Serpenteando os rastros indígenas na cidade de Rio Branco – Acre



**Fonte:** Print de imagem de aplicativo - Samsung *health* do percurso realizado durante atividade de campo.

No processo de serpentear pedalamos pela cidade e fotografamos na busca de capturar aquilo de objetivávamos. As imagens são dotadas de toda uma construção que visa dar base as problematizações que tentamos encaminhar com este texto. Pedalando passamos pelos seguintes pontos da imagem acima: a primeira fotografia realizada foi no ponto 10 - Casa dos Povos da Floresta - espaço que foi reformado recentemente, mas que continua em abandono, pois deixou de receber o público; entre os pontos 4 e 5 realizamos a segunda fotografia do espaço Biblioteca da Floresta, que encontra-se em total abandono, no qual ocorreu recentemente um incêndio destruindo o que restou do acervo; próximo ao ponto 5 realizamos a terceira fotografia, é uma das pontes do Canal da Maternidade, uma das únicas ou talvez a única, que ainda tenha traços arquitetônicos inspirados em Kenes<sup>4</sup> indígenas; dando continuidade fotografamos ainda próximo ao ponto 5, a entrada do Canal da Maternidade, o chão desse espaço é desenhado com grafismos de inspiração indígena; na mesma perspectiva do ponto anterior, no ponto 6 fotografamos o chão da Praça da Revolução, além de outros monumentos que têm, do nosso ponto de vista, relação com a crítica que pretendemos fazer; no ponto

---

<sup>4</sup> Os Kenes (desenhos verdadeiros) são linguagens indígenas produzidas no corpo, nas tecelagens, nas roupas, como destacam os estudos de Lagrou (2007). Os Huni Kuĩ, por exemplo, desenvolveram várias formas de registros de seus saberes/fazer, por exemplo, nos cantos, no corpo, nas artes (a partir do Movimento dos Artistas Huni Kuĩ), entre outras dimensões. Esses desenhos são modos ancestrais de resistência e (re)existência dos povos indígenas em diálogo com a valorização linguística, histórica e identitária desses sujeitos(as) construtores de história(s).

7 fizemos algumas fotografias do chão e das paredes e muros da Praça da Passarela Joaquim Macedo, espaço decorado com grafismos de inspiração indígena e por último fizemos fotografias entre os pontos 5 e 6 onde está localizado uma parada de ônibus, uma parada de moto taxi e a casa Kaxinauá, todos estes espaços tem em suas estruturas desenhos inspirados em grafismos indígenas, onde diariamente diversas pessoas passam, sentam, olham mas não veem aquilo que as imagens mostram/escondem.

Segue duas imagens representativas desses dois momentos. Nas imagens 02 e 03 desde a nomeação do espaço em questão é possível pontuar uma disputa pela posse do local. A casa dos povos indígenas foi construída em “homenagem” a uma presença e, ao mesmo tempo recusa da presença indígena em Rio Branco. Não há indígenas na “Casa Povos da Floresta” e, atualmente, nem mesmo a visitação do espaço tem ocorrido.

**Imagem 02:** Casa Povos da Floresta



**Fonte:** <http://www.mineirosnaestrada.com.br/rio-branco-casa-dos-povos-da-floresta/>. Acesso em: 27 set.

2022

Na imagem acima vemos o “Casa dos Povos da Floresta” antes de ser “abandonada” pelo poder público, estava em funcionamento para receber visitantes. Este espaço de memória guardava um acervo de fotografias, livros, pinturas, objetos e documentos. Podemos observar, na imagem acima, alguns traços de inspiração indígena, como a cobertura em formato circular e em palha; na parte inferior podemos observar alguns grafismos referentes aos kenés indígenas. No entanto, é preciso perguntar quais ou quantos desses kenés foram feitos por indígenas, em contexto de produção que lhes emprega significados de continuidade das relações entre seus produtores (indígenas), o espaço e

os significados presentes nesses grafismos para o poder público e para os habitantes da cidade de Rio Branco.

A imagem 03 (abaixo) retrata o mesmo espaço, que passou por reformas depois de um longo período de abandono e ainda está fechado à visitação. Nas duas imagens representativas de um espaço contraditoriamente aberto em homenagem aos, mas, ao mesmo tempo, fechado para os indígenas visualizamos as marcas de um apagamento de outros modos de existir e produzir a cidade.

**Imagem 03:** Casa Povos da Floresta



**Fonte:** Arquivo pessoal

Continuamos pedalando e fotografamos a Biblioteca da Floresta (anteriormente denominada Biblioteca Marina Silva), mais um dos espaços que foram construídos com o objetivo de dar visibilidade arquitetônica a um discurso que, nos termos de seus enunciadores (poder público), visava associar o desenvolvimento econômico e social à sustentabilidade ambiental. Também é o caso de um espaço de produção de uma memória do soterramento; de indígenas que viveriam em matas e florestas com pouco ou nenhum vínculo com a cidade. Uma biblioteca também aberta/fechada aos indígenas. Essa característica é mais evidente no contexto atual, onde o abandono do prédio traduz aquilo que antes, a novidade e beleza da arquitetura escondiam: o soterramento dos povos e sujeitos que o espaço deveria homenagear.

**Imagem 04:** Biblioteca da Floresta



**Fonte:** Arquivo pessoal

**Imagem 05:** Biblioteca da Floresta



**Fonte:** Arquivo pessoal

Da mesma maneira que o espaço Povos da Floresta, a biblioteca também era composta por acervo com diversos objetos, imagens, pinturas, livros, cds, jornais entre outros arquivos que representavam culturas, mas expostos como conteúdos exóticos presentes como “prova” de um passado “superado” pela modernidade urbana que se materializava nas ruas, prédios e construções. Infelizmente, mesmo esses acervos escolhidos e organizados para contar uma história linear, foram perdidos em consequência do abandono que julgamos não ser acidental.

Já pontuamos que o que objetivamos é falar de como esses espaços dialogam com uma tendência de inscrever na estrutura da cidade certa perspectiva histórica e, no caso das presenças indígenas, de marcar o ponto ocupado por eles(as) na história supostamente linear da capital do Acre. Os casos se repetem e Carvalho trata disso em seu texto, destacando os diversos apagamentos que ocorreram na região do atual Acre, ele escreve:



Primeiramente, trata-se de um vazio intencional que conflita, simultaneamente, com a representação das ocupações dos povos originários e os rios densamente ocupados. A inexistência é uma afirmação contraditória e fundamental na instituição colonial. O vazio está no branco do mapa, nas circunscições às contínuas malhas de quadrículas de coordenadas geográficas e dos rios que não se prolongam. (Carvalho, 2020, p. 185)

Segundo o autor a descrição de vazio de forma intencional foi realizada justamente na tentativa de apagar a existência/presença desses povos, essa ideia de vazio servia como desculpa para o processo de ocupação e exploração. Esse ideal permaneceu, no entanto, a tentativa de construção de uma narrativa linear que visava dar a ver uma certa presença (já superada) foi estrategicamente elaborada, seguimos com as imagens:

**Imagem 06:** Ponte Canal da Maternidade



**Fonte:** Arquivo pessoal.

Na imagem acima temos mais um exemplo de como o poder público tentava vincular a presença desses povos através de construções e detalhes, como podemos perceber nos grafismos desenhados na ponte e nos mosaicos presentes nas calçadas.

**Imagem 07:** Entrada do Canal da Maternidade



**Fonte:** Arquivo pessoal.

Esses escritos na cultura de cada povo têm significados diferentes ligados ao cotidiano, à religião, educação etc. Eles (os Kenes) são produzidos com finalidades ritualísticas, de cura, encantamentos, narram, cantam e são aprendizados possíveis construídos nas relações entre plantas, animais e seres humanos. Apropriados pelo poder público, esvaziados da presença de seus produtores (indígenas) tornam-se meros adereços, peças de decoração a serem pisoteados, sobrepostos pelos ritmos urbanos de uma Rio Branco que já os expulsou e continua expulsando (porque eles/as resistem e insistem e permanecem).

Os kenes Huni Kuĩ, por exemplo, são poucos explorados, traduzidos, questionados, a nosso ver, porque trazem à tona a perspectiva outra de linguagens; e também a denúncia da grande tragédia humana e ambiental que constitui a cidade de Rio Branco. A antropóloga Lagrou (2007) destaca, que esses grafismos produzidos pelos Huni Kuĩ, possibilitam uma imersão no campo da proteção, da sabedoria e das aprendizagens ensinadas pela jiboia. Aos modernos governantes e habitantes da capital do Acre, resta a crença de que não se pode aprender nada do animal, da planta, ou com os homens e mulheres indígenas, até porque, na crença linear em um tempo que progride, esses homens e mulheres ocupariam um lugar fixo em algum passado que pode até ser narrado como origem, mas que já teria sido superado.

**Imagem 08:** Casa Kaxinawá



**Fonte:** Arquivo pessoal.

O espaço Kaxinawá é um dos poucos até agora citados que continua aberto ao público e no qual alguns grupos indígenas vendem suas artes, contam suas histórias, fazem pinturas corporais, encontros musicais etc. No entanto, não deixa de ser importante problematizar a falta de reconhecimento da população em geral. Espaço que, para aqueles que trabalham no centro da cidade

ou necessitam ir até lá, passa quase despercebido; ou, quando muito, percebem-no como espaço de visitação e contato com “seres exóticos” estranhamente preservados como “fósseis” de passado que ficou para traz, presentes/ausentes relampejando em meio a uma cidade que se “moderniza”.

Na atualmente denominada Praça da Revolução, também é possível ver esses grafismos. Na imagem que fizemos do chão, a presença/ausência mais uma vez pisoteada de rios simbólicos e saberes/cantares grafados no calçamento como túmulo erguido sobre os corpos de florestas, animais e pessoas.

**Imagem 09:** Praça da Revolução



**Fonte:** Arquivo pessoal.

**Imagem 10:** Monumento aos heróis da “Revolução Acreana”



**Fonte:** Arquivo pessoal

Na fotografia acima temos o monumento em homenagem a Plácido de Castro, símbolo de um engodo narrado como “Revolução Acreana”. A espada erguida e o dedo que dá o comando pisoteia novamente rios, terras e gentes agora grafados no calçamento. Na praça reformada há pouco mais de uma década, o calçamento reintroduz os elementos soterrados por violentas “correrias”, estupros e

assassinados que continuam ocorrendo até hoje. O “herói” eternizado apaga a cumplicidade na matança e nos entrega um discurso de “orgulho de ser acreano” construído sobre a pilha de cadáveres.

Os vencidos também estão ali representados, não como aqueles que foram expulsos, mas como ancestrais, como sujeitos do passado, como lembrança distante... Na história oficial, esses sujeitos e sujeitas são partes de uma estética do ausente. Sujeitos convocados para o centro, não para receberem de volta o que lhes foi tomado, mas para simbolizar o passado já superado, rememorado para ser esquecido.

Expulsos, negados, soterrados, mas, ao mesmo tempo, criam e (re)criam táticas de sobrevivência de linguagens e identidades fluidas. As fotografias possibilitam, entre outros aspectos, identificar os lampejos e fragmentos presentes nos espaços da cidade de Rio Branco, ou seja, perceber essas “geografias” como construção e invenção a partir das conjunturas políticas, econômicas e sociais na disputa pelo espaço público.

**Imagem 11:** Praça da Passarela Joaquim Macedo



**Fonte:** Arquivo pessoal.

A elaboração deste trabalho com o olhar voltado para esses espaços é importante não só por possibilitar a leitura e a compreensão de uma história a contrapelo, favorecendo, assim, projeções em relação aos relampejos de populações indígenas na cidade de Rio Branco, mas também por representar uma perspectiva de pesquisa outra em diálogo com diversas fontes e, por isso mesmo, dotada de engajamento, sentido e interesse. Nessa direção, Carvalho (2020) possibilitou um mergulho sobre esses vestígios, que são fragmentos de narrativas inscritos nas pedras da cidade. Fragmentos observados em nosso pedalar/fotografar pelas ruas, parques e praças de Rio Branco.

Na contramão dos grafismos esvaziados de sentido pelo poder público, vemos outros desenhos, outras marcas produzidas para incomodar e trazer à tona os mortos pela política, pelo Estado, pela linearidade temporal e pela marcha do progresso. A importância dessa reflexão é base para desmistificar os mitos fundadores e as sociedades autoritárias, e destacar esses vestígios. Como destaca Chauí (2001), essas construções identitárias são alicerçadas em diálogo com um jogo de linguagens e discursos, que vão inventando, (re)inventando e (re)fazendo essas buscas de identidade única e comum. Esta perspectiva cai por terra quando paramos para perceber as letras, os desenhos e as pinturas nas paredes, os nomes esvaziados, as presenças ausências na cidade de Rio Branco, como destaca a música “Gentileza” interpretada pela cantora Marisa Monte: “Nós que passamos apressados pelas ruas da cidade, merecemos ler as letras e as palavras de gentileza”.

**Imagem 12:** Cacimbão da Capoeira



**Fonte:** Arquivo pessoal.

Esses desenhos representam uma resistência desses sujeitos(as) errantes e construtores de história(s), contra toda a opressão e violência à qual foram submetidos. Muitos estudos atuais têm desenvolvido e executado trabalhos voltados para uma perspectiva outra sobre os povos indígenas, não destacando-os como “assimilados” ou desaparecidos na/da história. Reconhecendo um processo de “protagonismo indígena” a partir da produção e análise de fontes históricas, como: imagens, oralidades, desenhos, documentos, entre outras; têm possibilitado trazer os processos de sobrevivência e resistência dessas populações marginalizadas. Esses rastros/resíduos são fragmentos, eles “não [são] uma mancha na terra, um balbúcio de floresta, mas a inclinação completamente orgânica para uma outra maneira de ser e de conhecer; é a forma que é passagem para esse conhecimento” (Glissant, 2005, p. 71).

Esta perspectiva apresentada por Glissant possibilitou uma observação sobre o pensamento não linear, que se articula a partir de uma poética das relações entre tensões e possibilidades que existem na cidade em reinvenção. Por isso, a imagem 12 (Cacimbão da Capoeira) oportunizou a reflexão sobre como a cidade é múltipla, errante e dinâmica. Assim, alguns pontos chamaram a nossa atenção, por exemplo, o grafismo indígena, a palavra Haux (usada pelos povos indígenas do Acre, como uma forma de saudação) e o termo gratidão. Nesse sentido, quando desaceleramos nossos passos e olhar e passamos a ver esses espaços como locais de reflexões e deslocamentos, eles possibilitam múltiplos mergulhos em linguagens outras: nos muros, nos chãos, nas paredes, nos corpos etc.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, foi possível inferir que esses fragmentos ou relampejos são caminhos ancestrais antigos que se cruzam e ressurgem em meio à linearidade temporal; que resistem e sobrevivem a todo processo de “modernização” da cidade de Rio Branco, Acre. Essa perspectiva da “modernidade” sangrou as terras, as línguas e as linguagens indígenas. Mas, ao mesmo tempo, possibilitou muitas táticas e estratégias de sobrevivência(s) dessas populações em meio aos projetos políticos e planos de governos para a cidade de Rio Branco, Acre.

Nesse contexto, enfatiza-se a relevância de uma abordagem contrapelo na história, pois ela permite a identificação de vestígios indígenas nos espaços urbanos, tais como becos, muros, calçadas, entre outros. Tal abordagem não apenas enriquece a compreensão da cidade, mas também revela camadas narrativas frequentemente silenciadas. Assim, ao reconhecer a resistência desses elementos culturais no cenário urbano, promovemos uma visão mais abrangente e contextualizada da história de Rio Branco, destacando a resiliência das comunidades indígenas frente às transformações que moldaram a cidade ao longo do tempo.

### REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas, vol.1, 3. ed. Brasiliense: São Paulo, 1987.

CARVALHO, Marcio Rodrigo Coêlho de. **Entre o Uwa'kürü e o Acre**: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. 4. ed. São Paulo: Fund.Perseu Abramo, 2001.

DIDI-HUBERMAN. **Diante do tempo**: história da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução de Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora (MG): Editora da UFJF, 2005.

LAGROU, E. M. **A Fluidez da Forma**: Arte, Agência e Alteridade em uma Sociedade Amazônica. (Kaxinawa, Acre). Rio de Janeiro: TopBooks, 2007.

MONTE, Marisa. Gentileza (Faixa 10). In: **MEMÓRIAS**, Crônicas e Declarações de Amor. Londres: EMI, 2000. CD.

SCHIEL, Juliana. **Tronco velho**: histórias Apurinã / Juliana Schiel. Campinas, São Paulo, 2004.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, formas de olhar e de narrar**: natureza e história nas ausências. Rio Branco: Nepan, 2020.

*Data de submissão: 21/03/2023*

*Data de aprovação: 28/02/2024*